Herança e Metamorfose: a Construção Social de dois Rio Branco

Cristina Patriota de Moura

A partir das duas biografias republicadas por ocasião do sesquicentenário do barão do Rio Branco, de autoria de Álvaro Lins e de Luís Viana Filho, pretendo discutir como se deu a construção deste personagem cuja trajetória pessoal serve como mito de origem da diplomacia brasileira.

Um aspecto que impressiona nas duas biografias é como o personagem é construído sempre em relação a seu pai, o visconde do Rio Branco, importante figura do Império. Ora diferenciando-se, ora parecendo compor uma só trajetória, os dois passam, ao longo das narrativas biográficas, por repetidas *metamorfoses*[1] que se refletem em mudanças de ordem física e psíquica nas quais o personagem público e o personagem privado se mesclam. Os fatores, nas narrativas, que ocasionam e/ou evidenciam essas *metamorfoses* são: mudança de nome, de aparência física, de relações familiares, de inserção em redes ou instituições específicas, e viagens.

Os "grandes feitos" atribuídos aos dois se relacionam a suas atuações nas negociações referentes às fronteiras meridionais brasileiras, principalmente em relação à Argentina. Ambos têm o mesmo nome e recebem o mesmo título já em

idade avançada. Ambos transitam entre a vida parlamentar, administrativa e política do Império, sendo que o filho é tido como um "grande estadista" já no período republicano.

A relação entre os "indivíduos" José Maria da Silva Paranhos pai e filho e, após suas respectivas mudanças de nome, entre o visconde e o barão do Rio Branco é sempre narrada como uma relação em que havia grande admiração do filho pelo pai e grande empenho do pai no sentido de colocar o filho em "boa posição". A união entre os dois, no entanto, vem acompanhada de uma tentativa de individualização *do personagem Rio Branco,* que acaba por englobar os dois indivíduos biológicos que usaram esse nome. Esse jogo entre a "pessoa, expressão de paradigmas culturais" (Velho, 1994: 61), e o indivíduo autônomo é interessante para pensarmos as possibilidades de construção social da pessoa.

Para pensarmos Rio Branco hoje, é necessário termos em conta que esse nome é o principal recurso simbólico através do qual os diplomatas brasileiros pensam suas carreiras, sua instituição e a relação destas duas com a construção nacional. Rio Branco está presente em forma de bustos espalhados pelo Palácio Itamaraty em Brasília e no Rio, dá nome à ordem honorífica da diplomacia brasileira, empresta seu aniversário ao Dia do Diplomata, quando, após o Hino Nacional, se toca o Dobrado de Rio Branco,[2] nomeia o Instituto responsável pela formação dos diplomatas brasileiros e, finalmente, intitula a própria instituição, que se autodenomina Casa de Rio Branco, em uma metáfora que invoca relações de parentesco dinásticas. Rio Branco é, assim, sinônimo da *tradição* na diplomacia brasileira, que se distingue por um *ethos* específico.[3]

As biografias aqui tratadas não podem, portanto, ser vistas fora de um processo mais amplo de *invenção de tradições*.[4] A de Álvaro Lins, por exemplo, é um trabalho de 1945, encomendado por Oswaldo Aranha e Maurício Nabuco[5] por ocasião do planejamento das comemorações do centenário de nascimento do barão. Esse ano é fundamental para a consolidação do nome de Rio Branco como patrono da diplomacia brasileira. Datam de 1945 o decreto-lei que considera data de comemoração cívica nacional o dia 20 de abril daquele ano, quando se completa o primeiro centenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos; o Decreto-Lei 7.473, que cria o Instituto Rio Branco, e o Decreto-Lei 7.547, que institui a medalha comemorativa do centenário de nascimento do barão do Rio Branco. Todos esses decretos são assinados pelo presidente Getúlio Vargas. Os outros decretos que compõem o processo de invenção da "tradição Rio Branco" são o de fevereiro de 1963, que institui a Ordem de Rio Branco, assinado pelo então presidente João Goulart, e o de 1970, que cria o Dia do Diplomata na data de aniversário do barão do Rio Branco.

Já a biografia de Luís Viana Filho é de 1959, e não consta que tenha sido encomendada por nenhum membro do Ministério das Relações Exteriores.

Assim como a de Álvaro Lins, porém, foi reeditada em 1996 em comemoração ao sesquicentenário do nascimento de Rio Branco. O livro de Álvaro Lins, republicado pela Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), conta com um prefácio do embaixador J. C. Baena Soares, diretor da fundação, que é um órgão do Ministério das Relações Exteriores. O livro de Viana Filho foi publicado através de um convênio entre a Funag e o Senado Federal e contém apresentações de José Sarney, então presidente do Senado, e de Luiz Felipe Lampreia, ministro das Relações Exteriores. Em 1995, a Funag publicou também uma biografia fotográfica do barão do Rio Branco, com texto de Rubens Ricúpero. Os três livros são obras literárias que, assim como os bustos, medalhas e rituais do Dia do Diplomata,[6] compõem o *personagem* Rio Branco como símbolo da diplomacia brasileira, capaz de, ao invocar seu "mito de origem", criar uma identidade coletiva a partir de uma "tradição" estabelecida. Rio Branco é um símbolo utilizado ritualmente como emblema de uma coletividade, materializado em estátuas e medalhas que acabam sendo portadoras de uma certa sacralidade. Por trás dos rituais e dos objetos, há porém uma narrativa mítica da qual as biografias são a principal fonte.

Quais as implicações dessas questões para a problemática da construção social da pessoa? Em primeiro lugar, a biografia como gênero literário faz parte de um processo mais amplo que se relaciona ao individualismo ocidental. Se Rio Branco é o epônimo de uma coletividade, um *ancestral mítico* invocado como símbolo de uma tradição, ele também é tido como um *indivíduo singular*, com uma vida datada, com projetos e motivações próprias, e dotado de uma subjetividade única. Como nos diz Gilberto Velho,

> Nas sociedades onde predominam as ideologias individualistas, a noção de biografia, por conseguinte, é fundamental. A trajetória do indivíduo passa a ter um significado crucial como elemento não mais contido mas constituidor da sociedade. (...) Carreira, biografia e trajetória constituem noções que fazem sentido a partir da eleição lenta e progressiva que transforma o indivíduo biológico em valor básico da sociedade ocidental moderna. (Velho, 1994: 100)

As biografias de Rio Branco, em certa medida, estão inseridas no âmbito das ideologias individualistas ocidentais e retratam o personagem como possuidor de uma trajetória única passível de ser biografada, principalmente a partir de sua carreira profissional. Portanto, são também tentativas de desvendar essa subjetividade, muitas vezes tida como inacessível. Há algo de impenetrável no indivíduo, que é justamente o que o diferencia de todos os outros indivíduos. Assim, por exemplo, Luís Viana Filho insiste em chamar o barão do Rio Branco de "esfinge" e "tímido", ressaltando o caráter impenetrável de sua personalidade.

Uma das ênfases principais dos biógrafos recai, porém, exatamente sobre o papel de Rio Branco como *constituidor* do território nacional.[7] As biografias, assim, também tratam Rio Branco como uma "entidade" que extrapola em muito a noção de individualidade. Esse aspecto será tratado mais adiante.

Uma maneira de tentar penetrar na subjetividade individual é a utilização da psicanálise. Esta, como forma de conhecimento, pressupõe a existência de uma subjetividade individual que é única mas que, através de uma metodologia que Freud muitas vezes chama de "arqueológica", é passível de exploração. Essa singularidade se relaciona à trajetória do indivíduo em suas relações familiares, principalmente na primeira infância. Os complexos, traumas e neuroses vividos pelo adulto estariam relacionados à experiência vivida nos primeiros anos e nas relações com o pai e a mãe. A psicanálise dá no entanto pouca ênfase às relações familiares que extrapolam a tríade pai-mãe-filho. É a antropologia que vai estudar de forma mais aprofundada o parentesco como forma de classificação culturalmente dada e relativizar o conceito de família nuclear forjado a partir de um sistema de representações próprio à burguesia ocidental.

Se os estudos clássicos de parentesco nos mostram que o pai pode ser "classificatório", e nos confirmam a importância do pertencimento a linhagens, assim como das relações com o irmão da mãe e com primos cruzados, todas essas relações tendo a ver com a formação de identidades, a antropologia vê a identidade mais em termos de *status* e de papéis sociais relativos a grupos e categorias sociais, e não a indivíduos. Essa abordagem está na verdade mais associada à antropologia social britânica. Há, por outro lado, a escola de cultura e personalidade, que tenta concatenar o conceito de cultura como espírito de um povo à idéia de configuração da personalidade, mostrando como certas culturas favorecem a construção de certos tipos de personalidade e não outros. O livro de Bateson, *Naven* (1936), é uma tentativa de concatenar a antropologia social britânica com a escola de cultura e personalidade. Bateson não só trabalha com a noção de papéis e identificações, como propõe uma visão dinâmica de formação de personalidade ligada à construção de *ethos* diferenciados a partir de processos de cismogênese. Uma outra tentativa de concatenar o social e o individual é a de Norbert Elias (1990, 1993, 1994), que propõe uma junção entre as duas instâncias, mostrando um *processo civilizador* em que o aumento do autocontrole caminha de mãos dadas com a noção de separação entre indivíduo e sociedade.

Como pensar então a construção social de Rio Branco? Tendo em vista o que já foi dito, é impossível pensar Rio Branco como um indivíduo em sua trajetória e suas relações sem pensar os próprios textos biográficos, não somente como construídos a partir de uma série de representações já existentes sobre o personagem, mas também como construtores da narrativa mítica acerca dele. Não obstante, eles nos dão dados importantes sobre as relações através das quais

essa "pessoa" se construiu em sua trajetória e em suas relações. Assim, gostaria de discutir alguns aspectos que considero relevantes para uma teoria da construção da pessoa, quais sejam: *geração, gênero e fratria*.[8] Para tanto, tomo a biografia de Luís Viana Filho como principal fonte.

Pensemos em geração. As duas biografias falam dos antepassados de Rio Branco em termos de seu ascendentes masculinos, ainda que pela linha materna. O irmão da mãe do primeiro Rio Branco aparece como figura privilegiada. Isso se dará pela valorização da linhagem matrilinear? Talvez nesse caso seja mais determinante o fato de o primeiro Rio Branco ter nascido de uma união não-oficial. Sua mãe, Josefa Emerenciana, se uniu a Agostinho da Silva Paranhos após haver-se separado de seu primeiro marido, João da Silva Telles, que retornou a Portugal. José Maria, nascido em 1819, e seus dois irmãos mais velhos, Agostinho e Antônio, só recebem o sobrenome do pai quando este morre, em 1822. A partir de então, o episódio decisivo é a volta à Bahia do irmão de Josefa Emerenciana, Eusébio Barreiros, que passa a ajudar José Maria no sentido de lhe propiciar acesso a escolas e professores.

Viana Filho chega a intitular o primeiro capítulo de seu livro "Soldados e mercadores", referindo-se aos ancestrais do visconde do Rio Branco. Não obstante, é aos "soldados" que atribui características familiares. Encontramos frases como "herança militar que por vários lados trazia no sangue" em relação a Eusébio Barreiros, e "mais uma vez a estrela militar ia iluminar o caminho da família" (Viana Filho, 1996: 6). Não há, na verdade, nenhuma menção a algum "sangue mercador" a correr nas veias de Rio Branco. Álvaro Lins nem menciona os mercadores, mas também dá grande ênfase aos militares, buscando ancestrais pela linha matrilateral. Se Viana Filho fala do sangue e da "estrela" militar, Lins menciona o "porte militar" dos Rio Branco: "*Os Rio Branco eram fisicamente figuras de porte e garbo militar*, imponentes, vigorosos, de grande estatura, constituições de gigante: o Visconde e seu filho João Horácio com 1,95m, o Barão com 1,85m, os varões em geral com mais de 1,80m" (Lins,1996: 27).

Mas quem são os Rio Branco? José Maria da Silva Paranhos, a partir de 1870 (já com 51 anos), e seu filho, também José Maria da Silva Paranhos, a partir de 1888 (aos 33 anos), o primeiro, visconde, e o segundo, barão. Rio Branco, portanto, não é um nome de família, e sim um título nobiliárquico (não-hereditário) outorgado pelo regime monárquico brasileiro. Mas é possível pensar em três nomes através dos quais poderíamos chegar às qualidades hereditárias atribuídas ao barão nas biografias.[9]

1. Barreiros: nome através do qual se evoca a herança militar da linhagem materna do visconde. Embora esse fosse seu nome de família, Josefa Emerenciana devia ter o sobrenome de seu marido "oficial", o português João da Silva Telles. Qual terá sido o nome de

seus filhos (inclusive o visconde) até Agostinho da Silva Paranhos reconhecê-los em seu testamento em 1822? As biografias não esclarecem este ponto.

2. Paranhos: o nome não aparece, nas biografias, como veículo de nenhuma qualidade específica. O pai do visconde, Agostinho da Silva Paranhos, comerciante português na Bahia, morre quando este tinha somente três anos. Era brigado com o irmão, o capitão João da Silva Paranhos, com o qual seus filhos parecem não ter nenhum contato. Paranhos parece ser somente um nome circunstancial que conduz a herança militar dos Barreiros à "nobreza" diplomática dos Rio Branco. É, não obstante, o nome usado durante toda a trajetória de ascensão social do primeiro José Maria da Silva Paranhos.

3. Rio Branco: qualificativo do título nobiliárquico outorgado ao primeiro José Maria da Silva Paranhos pelos "serviços prestados à nação" no Segundo Reinado.[10] Confere "fidalguia" e *status* de nobreza. Se, para o visconde, é um prêmio à ação, para o barão será simplesmente um agrado outorgado pela princesa Isabel, no ano da Abolição, ao filho do autor da Lei do Ventre Livre. Nas biografias, no entanto, Rio Branco aparece como sinônimo de grande diplomata (Diplomata, Estadista, Patrono).

Por outro lado, o visconde não segue carreira militar. Apesar de ter estudado na Academia da Marinha e na Escola Militar graças à ajuda de seu tio materno, sua trajetória profissional passa pelo magistério, o jornalismo e a política via maçonaria. Não é um "diplomata de carreira", e é através da participação no gabinete do marquês de Paraná que será nomeado para missões diplomáticas no Prata. Além disso, é deputado e senador. É também ministro da Marinha (1853) e da Fazenda (1861), além de chefe do ministério de dom Pedro II de 1871 a 1875.

Quando Álvaro Lins se refere à "estatura militar" dos Rio Branco, incluindo aí João Horácio, está falando da presença de uma característica dos militares da família Barreiros em um Paranhos, mas utilizando o nome Rio Branco. Esse movimento que une três gerações, eliminando os ascendentes Paranhos e deslocando o referencial para a família da mãe do primeiro Rio Branco, também está presente no relato de Viana Filho. Através desse recurso, também se torna possível falar de Paranhos/Rio Branco como uma *dinastia*. Comentando a reação do barão à doença de seu filho Raul, em 1911, escreve Viana Filho: "Como sempre, a esfinge surpreende. Sob aquela aparência álgida, que dá uma falsa impressão de indiferença, inclusive pela família, Paranhos vibrava. Quem mais do que ele, no entanto, possui o culto da família, da continuidade,

da dinastia dos Paranhos" (Viana Filho, 1996: 415). Algumas páginas antes, no entanto, Viana Filho havia mencionado o primeiro Rio Branco como o "fundador da jovem dinastia" (p. 320).

Vejamos agora algumas considerações a respeito de gênero. As qualidades herdadas pelos dois Rio Branco são sempre atribuídas a seus antepassados masculinos e, se passam de uma geração a outra através de uma mulher, esta serve simplesmente como mediadora entre homens. As mulheres que aparecem nas biografias são sempre filhas, mães, esposas e amantes, nenhuma delas com papel ativo na vida dos homens. Não obstante, sua beleza e habilidade de "receber em grande estilo" é ressaltada. Há, ainda, o reconhecimento de umas em detrimento de outras.

Já se ressaltou aqui a mãe do visconde como efetuadora do vínculo entre os Rio Branco e os Barreiros, através de sua união com um Paranhos. Essa não era, no entanto, uma união vista como lícita pela alta sociedade da época. Ademais, após a morte de Paranhos, Josefa ainda teve uma filha com o juiz de órfãos Luís Paulo de Araújo Bastos, o barão de Fiais. Assim, o vínculo do visconde com sua mãe é muito pouco ressaltado nas biografias, nem sequer constando na de Álvaro Lins que Agostinho Paranhos não era o marido legal de Josefa Emerenciana ou que esta teve filhos com outros homens. A trajetória do visconde é descrita como a de um "pobre órfão" que conseguiu galgar a escala social por seus próprios méritos. Viana Filho, referindo-se ao visconde, cita o próprio barão:

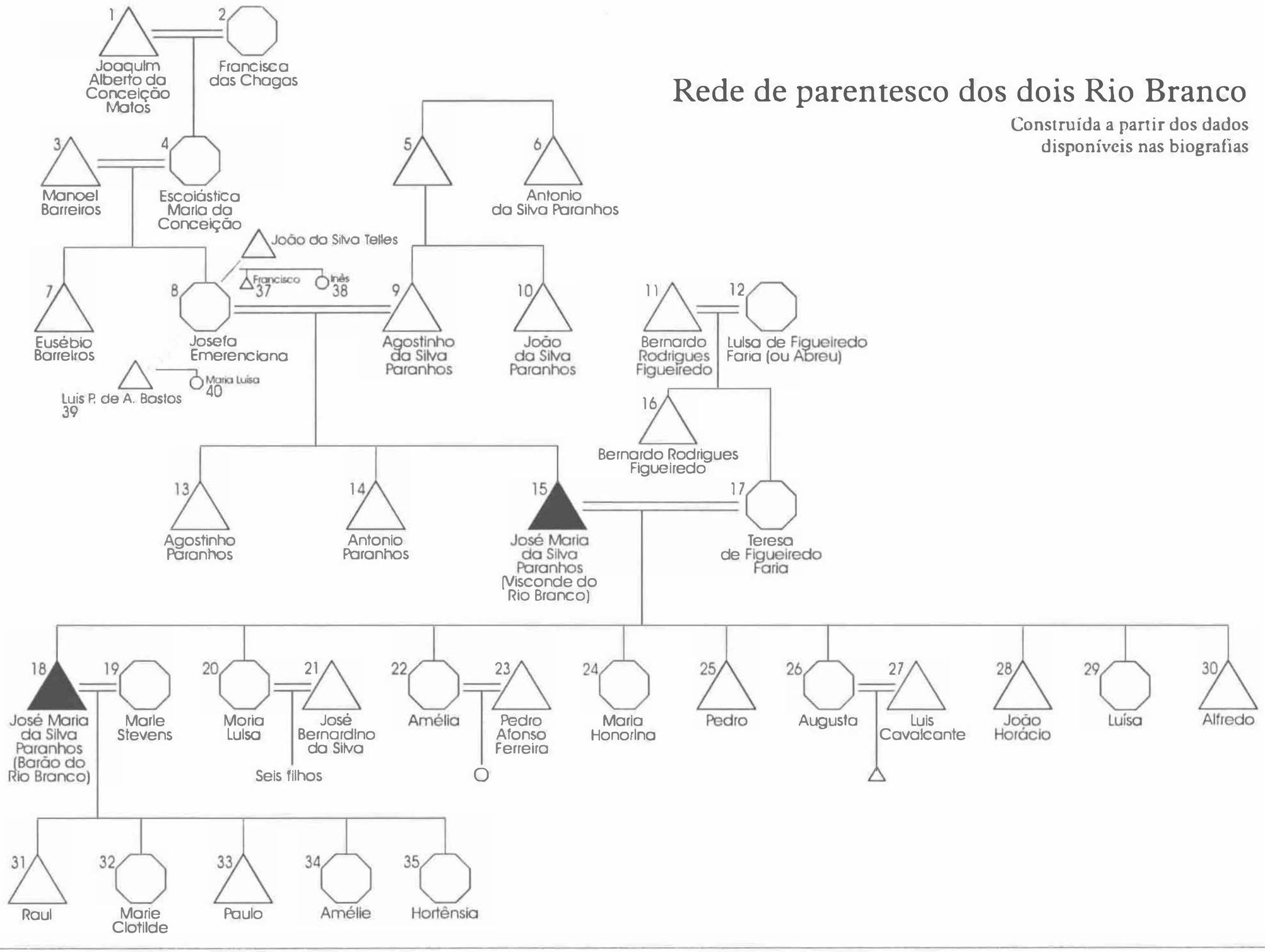
> Este seria o Visconde do Rio Branco. A origem era modesta. Talvez por isso, ao rascunhar algumas notas íntimas sobre o pai, o Barão do Rio Branco, com uma ponta de orgulho tão comum nos que conseguiram subir, lembraria esta passagem do Padre Antônio Vieira: "A verdadeira fidalguia é ação. Ao predicamento da ação é que pertence a verdadeira fidalguia. As ações generosas, e não os pais ilustres, são as que fazem fidalgos." (Viana Filho, 1996: 3)

Não obstante essa apologia do mérito individual, não são raros os momentos em

> que tanto os biógrafos quanto o biografado invocam a importância da filiação do segundo Rio Branco para constituir sua "fidalguia". Em outras palavras: "a verdadeira fidalguia é a ação" quando a linhagem não pode ser invocada; quando pode, faz-se o máximo para fazer parecer que ela é bem mais antiga do que verdadeiramente é. Nesse processo, os pais do visconde desaparecem para dar lugar ao tio materno, bem– sucedido na carreira militar.

Rede de parentesco dos dois Rio Branco

Construída a partir dos dados disponíveis nas biografias



Se a filiação não importa, por que o próprio visconde não reconheceria seus netos, filhos de uma união não-oficial entre o barão e uma atriz belga, Marie Philomène Stevens? A respeito desta não há nenhuma informação genealógica. Ela aparece nas biografias como um fardo que Rio Branco teria que suportar a partir do nascimento de seu primeiro filho, por questões de bom cumprimento do dever paternal. Não obstante, apesar de se denominar um *vieux garçon*, por não ser casado, ele teve mais quatro filhos com ela. O primeiro, Raul, nasce em 1873. O casamento entre Rio Branco e Marie Stevens só se efetua em 1889, quando a filha mais nova já tem cinco anos.[11]

Por outro lado, a viscondessa e as filhas do barão são retratadas como belas e de "finos tratos", ajudando os dois Rio Branco a "receber" figuras ilustres do Império e da República, brasileiras e estrangeiras, com toda a pompa e cerimônia. Para os homens, portanto, há a possibilidade da "fidalguia pela ação", ainda que o "bom nascimento" seja desejável; já às mulheres resta somente o bom nascimento e um casamento bem feito. Não havendo nenhum dos dois, talvez a maternidade seja uma forma de redenção póstuma.

Em relação a fratria, já vimos a importância do irmão mais velho de Josefa Emerenciana. Esta teve filhos de três uniões. Com João da Silva Telles teve Francisco e Inês, que morreram ainda crianças. Com Agostinho Paranhos teve três filhos: Agostinho (1811), Antônio (1818) e José Maria (1819). Agostinho "se perde" na vida boêmia em Salvador, e as biografias não dão mais dados sobre ele. Antônio faz carreira no Exército e acompanha a missão de José Maria ao Prata. Da terceira união de Josefa sabe-se que nasceu uma filha, Maria Luísa, que entrou para um convento. A única notícia que se tem dela é que José Maria providenciou seu enterro. Nunca chegou, no entanto, a freqüentar a casa do irmão ilustre, cheia de figuras do Império. Antônio e José Maria foram os dois que se beneficiaram da ajuda do "tio Eusébio", que tinha contatos no Exército e esteve na Bahia de 1831 a 1835, quando estavam em idade escolar. Agostinho, que por essa época já se havia "perdido", e Maria Luísa, que talvez não tivesse nascido, não tiveram a mesma sorte.

Juca Paranhos é o filho mais velho da união de José Maria com Teresa de Figueiredo Faria. A fratria é composta de nove irmãos:

1. José Maria da Silva Paranhos (1845). Tem o nome do pai e posteriormente se torna o barão do Rio Branco.

2. Maria Luísa (?-1888). Foge de casa para se casar com José Bernardino da Silva, de "origem humilde". Têm seis filhos. Posteriormente, o marido "enlouquece no espiritismo" e o barão vai ao Rio em 1887 para ajudá-la.

3. Amélia (1850-1891). Casa-se, em 1875, com Pedro Afonso Ferreira, bacharel em direito que "já presidira as Províncias do Piauí e Santa Catarina"

(Viana Filho, 1996: 63) e tem uma filha. É a irmã predileta. Morre em 1891 no Engenho Japaranduba, Pernambuco.

4. Maria Honorina (1854-1855).

5. Pedrinho (1855-1868). Paralítico.

6. Augusta Amélia (?-1888). Casada com Luís Cavalcanti. Um filho, Luís. Os três morrem de tuberculose.

7. João Horácio (1860-1900). Posto no Exército em 1880 "para entrar no bom caminho" (Viana Filho, 1996: 100). Morre tuberculoso em Porto Alegre.

8. Luísa (?-1881). Tuberculose.

9. Alfredo (1866-1890). Entrega-se "inteiramente à boêmia" (Viana Filho, 1996: 100). Vai com a mãe morar em Paris em 1894. Morre meses depois da mãe, de congestão pulmonar.

Se pensarmos as fratrias dos dois Rio Branco, temos que pai e filho tiveram irmãos "que se perderam na boêmia" e irmãs não muito dignas de serem apresentadas à Corte. A irmã do primeiro era a prova viva da vida não muito digna de sua mãe, que poderia pôr em risco sua posição junto ao círculo da Corte de dom Pedro II. Também do irmão mais velho do visconde não se tem notícias, a não ser que levava uma "vida boêmia". O segundo Rio Branco teve uma irmã que se casou sem o consentimento dos pais, e seus dois irmãos que chegaram à idade adulta também se entregaram à boêmia. Aliás, "boêmia" é um qualificativo dado sem maiores explicações, e não sabemos quais foram realmente os atos desses irmãos. O Exército é o caminho tomado tanto pelo irmão do visconde, Antônio Paranhos, quanto por seu filho João Horácio. Parece ser a única alternativa à vida "boêmia", no caso dos Paranhos. A boêmia, por sua vez, parece ser o grande estigma do qual o segundo Rio Branco passa a vida tentando se desvencilhar.

Ao examinarmos as fratrias, portanto, surge mais um elemento das "qualidades" associadas a Rio Branco. Se dos Barreiros vem o porte, o sangue e o espírito militar, os Paranhos correm o risco de "cair na boêmia". Nas palavras de Viana Filho:

> Até na velhice, Juca Paranhos parecerá muitas vezes uma criança. Eduardo Ramos, espírito cheio de humor, e que bem o conheceu, fez-lhe este curioso perfil: "Era gentil, generoso e cavalheiro como um príncipe de sangue; grave como um sábio: comunicativo e alegre como um guitarrista... Ele achava dignos todos os aspectos risonhos da vida." De fato, ao lado do austero Barão haverá sempre, para salvar o tédio, o boêmio Juca Paranhos. (Viana Filho, 1996: 139)

Se podemos identificar elementos tais como militarismo e boêmia na genealogia e nas fratrias dos dois Rio Branco, há outros que só se encontram na

díade pai-filho. São, principalmente, aqueles elementos que caracterizam o homem público, o estadista e, finalmente, o diplomata que serve à pátria, tendo a grandeza desta como fim último. Chegamos, aqui, ao terreno do mito.

Já vimos que o visconde do Rio Branco recebe seu título de dom Pedro II por ter assinado o tratado de paz após o fim da Guerra do Paraguai, em 1870. No ano seguinte, dois fatos são invocados como as maiores glórias desse Rio Branco: a chefia do Gabinete e a autoria da Lei do Ventre Livre. Se o primeiro Rio Branco adquire nobreza e uma alta posição na política do Império, além de exercer funções diplomáticas, ele não se caracteriza como um diplomata "vocacionado", mas ainda como um grande homem que circula entre as diferentes possibilidades de "serviço à pátria". Com uma formação técnica (engenheiro militar), chega ao "poder" através de uma mistura de talento individual, ajuda de um tio militar e capacidade de fazer boas relações através da maçonaria, do jornalismo e da política e, finalmente, de boas oportunidades. Já seu filho Juca segue o caminho tido como o mais convencional no Segundo Reinado, a começar pelas aulas no Colégio Pedro II.

> Assim, enquanto o filho prosseguia no curso de Humanidades, de quando em quando marcado pelas visitas de D. Pedro II, que interrogava os alunos e se mostrava propositadamente discreto em relação aos filhos dos poderosos do Império, Paranhos dia a dia galgava novos degraus. Não somente na *administração* e na *diplomacia* vira crescer-lhe a fama. Também no *Parlamento* tornara-se um dos oradores mais apreciados. (...) E, *ao contrário do que é freqüente, Paranhos tinha o mesmo gosto pelo Parlamento e pela administração*. (Viana Filho, 1996: 16-17)

Havia, no Império, alguma separação nítida entre política e burocracia? Não eram sempre os mesmos membros da elite aristocrática imperial que ocupavam os ministérios, o Parlamento e as posições diplomáticas? Não obstante, Viana Filho faz questão de salientar que "era o Senado mero episódio da sua vida pública, que o Prata dominava" (p. 17). Ao político e ao administrador sobrepõe-se o diplomata. Em relação ao visconde, no entanto, o "diplomata" ainda aparece como algo um tanto obscuro, desprovido de características mais substantivas. É ao longo da narrativa sobre a vida do barão que veremos o "diplomata" assumir contornos mais específicos.

Passemos, finalmente, para a trajetória do barão do Rio Branco. Até agora procurei mapear os contextos nos quais essa trajetória se insere. Contextos esses que incluem tanto a posição genealógica, familiar e "estamental" desse "indivíduo" quanto sua posição atual no campo da diplomacia brasileira. Procurei, também, situar as próprias biografias de Lins e Viana Filho dentro do processo de invenção de tradições que associa uma coletividade portadora de uma de-

finição profissional e um *ethos* específico a uma personalidade emblemática denominada Rio Branco. Nesse sentido, é interessante levar em conta as considerações de Bourdieu em seu artigo "A ilusão biográfica":

> Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um "sujeito" cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (Bourdieu, 1996: 189-190)

O que seria, então, essa *trajetória* de Rio Branco? Em primeiro lugar, devo confessar minha própria dificuldade, ao escrever o presente artigo, de nomear o indivíduo biológico do qual as duas biografias dizem tratar. Bourdieu menciona o nome próprio como "única constante" do "sujeito" de uma biografia ou história de vida. No caso de Rio Branco, no entanto, nem o nome próprio é uma constante. E não o é de duas maneiras. Em primeiro lugar, o nome se refere a duas pessoas: o pai e o filho. Ademais, tanto o pai quanto o filho tiveram dois nomes: José Maria da Silva Paranhos e Rio Branco.

Vista essa "dupla dualidade" do "sujeito" tratado nas duas biografias, resta outra questão: será que essa "confusão" entre pai e filho é absolutamente imprescindível para a construção da biografia do barão do Rio Branco? Não seria possível construir uma biografia de um sujeito único, simplesmente mencionando que este teve um pai ilustre com o mesmo nome? Max Weber, por exemplo, tinha o mesmo nome do pai, mas não me consta que seja "confundido" com o pai em nenhuma biografia.[12]

Não esqueçamos, no entanto, que não se trata simplesmente da construção de uma individualidade. As biografias examinadas são, acima de tudo, versões de uma narrativa mítica que dá sentido a uma coletividade, e é nesse contexto que são republicadas em 1996. E o que é um mito (ver Lévi-Strauss, 1958) senão a tentativa de conciliar opostos aparentemente inconciliáveis? Vejamos esses elementos na trajetória do barão do Rio Branco tal como aparecem nas narrativas biográficas.

1. Infância e adolescência. A trajetória de um "bem nascido" do Império: Juca Paranhos nasce no Rio de Janeiro em 1845, de um "bom casamento" entre um professor de matemática da Escola Militar e a irmã de um amigo deste da Academia da Marinha, onde estudou. Devido à ausência constante do pai, aproxima-se do irmão da mãe, que o incentiva a estudar história. Estuda no Colégio Pedro II com outros filhos de figuras ilustres do Império. É uma criança inteligente e interessada nos feitos do pai no Prata. Ao terminar o curso no Pedro II vai estudar na Faculdade

de Direito de São Paulo e depois em Recife. Participa de "patuscadas estudantis". Após se formar torna-se secretário do pai na viagem ao Prata e deputado pelo Mato Grosso sem nunca ter ido a esse estado.

2. Primeira transformação: de filho estudioso a rapaz boêmio. Quase não vai ao Parlamento e participa das noites boêmias do Rio de Janeiro. Marie Stevens fica grávida, e o rapaz "não foge ao dever".

3. Segunda transformação: de boêmio a cônsul, historiador e pai de família. Passa a batalhar a posição de cônsul em Liverpool junto a dom Pedro II, que não quer indicá-lo devido à sua má fama.[13] Consegue o posto através da interferência do pai. Vai a Liverpool e passa a maior parte do tempo em Paris pesquisando arquivos e em estações de águas.

4. Terceira transformação: recebe o título de barão: "Rio Branco renasce" e se transforma em um negociador imbatível. Continua em Liverpool/Paris e é chamado para o arbitramento da questão com a Argentina. Passa dois anos nos Estados Unidos. Arbitragem da questão com a França (dois anos na Suíça): mais uma vitória. Recusa postos diplomáticos por não ter meios próprios e ser avesso às "futilidades" da *carrière*.

5. Quarta transformação: vira diplomata. É nomeado mi-nistro do Brasil em Berlim, depois que a mulher já morreu e que ganhou um prêmio de 300 contos de réis pela vitória sobre a França.

6. Quinta transformação: vira chanceler um ano depois e recebe a incumbência de "reformar a velha máquina diplomática, que observara desde a adolescência"(Viana Filho, 1996: 291). Permanece como chanceler e tem grande voz na política nacional, como quem está "acima dos partidos".

7. Sexta transformação: vira o "Brasil", o "Itamaraty" e o "novo diplomata".

No quadro a seguir vemos algumas das oposições que o mito une na narrativa. Essas características que aqui aparecem em um eixo sincrônico como oposições, aparecem nas narrativas biográficas como transformações subjetivas vividas pelo "indivíduo" Juca/JoséMaria da Silva Paranhos/Barão/Rio Branco.[14]

A própria mudança de nome ajuda o narrador do mito a retratar essas "oposições" como se fossem conversões em um eixo diacrônico e correspondessem a um delineamento cada vez mais claro de uma "personalidade". E é interessante como esse processo aparece como um caminho de autocontrole (Elias, 1993 e 1994) cada vez maior. Ao comentar a reação do barão do Rio Branco a uma tentativa frustrada de promover a fabricação de uma estátua de seu pai, diz Viana Filho:

Contudo, do modesto episódio emerge um Rio Branco despido de orgulho, propenso a aceitar o conselho, e capaz até de recuar com humildade. Circunstância importante que revela *quanto o tempo e a experiência lhe haviam polido o espírito, ensinado a dominar-se cada vez mais*. (p. 132)

Filhos ilegítimos	"Fidalguia"
Ascensão social	Nobreza de sangue
Boêmia	Responsabilidade, trabalho
"Vieux garçon"	Patriarca
Cônsul	Diplomata (ministro do Brasil, chanceler)
Político	Estadista
Dependente de salário	Provedor da família e patrocinador de cerimônias em grande estilo
Funcionário	Cidadão
Pai distante	Pai amoroso
Solitário	Bem relacionado
Cosmopolita, desenraizado	Patriota, grande brasileiro
Indeciso	Decidido e imbatível
Vaidoso	"Frade leigo", "monge asceta"
Deprimido, tímido	Forte, que faz "*cara fea al enemigo*"

É interessante que esse comentário venha justamente após uma discussão a respeito de uma estátua do visconde, pois, apesar de falar em uma transformação de espírito, tanto Viana Filho como Álvaro Lins irão "demonstrar" as transformações do biografado através de mudanças físicas.

Vejamos alguns outros exemplos do livro de Viana Filho:

> Como é freqüente entre os vaidosos, Paranhos adorava fazer-se fotografar. Isso nos permite acompanhar as suas *metamorfoses até chegar à figura clássica da idade madura, com que passou à posteridade*. (p. 77)

> Observou Eduardo Ramos haver faltado a Paranhos, em certa fase, o "predicado plástico da figura": "Seus traços, espessamente rebarbativos aos trinta anos, evoluíram no declínio da idade para esse nobre semblante fino e quase sorridente, de pura beleza de mármore. Quem o contemplasse, na sua habitual serenidade, não lhe notaria um fugitivo sulco, desses com que mãos invisíveis marcam nas faces humanas a memória do sofrimento. Dir-se-ia que, *após algumas tentativas, encontrara a forma definitiva, para o cunho das medalhas*." As feições são finas, o nariz aquilino, a própria cabeça, com a ampla calva de *marfim polido*, tem alguma cousa de escultural. (p. 110)

> Dois anos de trabalho, vida sedentária (...) haviam tornado Rio Branco volumoso, roliço, 97 quilos! Era *quase assustador*. Compunha-se-lhe a *figura majestosa, convencional, que havia de passar à posteridade*. (p. 208)

As "metamorfoses", portanto, aparecem como mudanças que têm uma direção específica: a posteridade. Essa "posteridade" é materializada nas medalhas, bustos e fotografias espalhadas pelo Palácio Itamaraty (que, aliás, também são dois!). Essas materializações de Rio Branco se assemelham à máscaras mortuárias do Museu Histórico Nacional, analisadas por Regina Abreu.

> Ligando todas elas há traços em comum, que se traduzem na preocupação de um museu voltado para a história nacional: o culto às pessoas-símbolo da nacionalidade. A máscara, como nada mais é do que aparência, permite interpretação, criação, construção. Sinaliza a morte do homem em carne e osso e o nascimento do imortal. (Abreu, 1996: 69)

Nem mesmo em sua "materialidade imortal", ademais, Viana Filho consegue separar definitivamente os dois Rio Branco:

> Numa das visitas ao estúdio de Charpentier, este lhe mostrou o medalhão que esculpia com os retratos superpostos dos dois Rios Brancos. Lembrara-se de uni-los no bronze: antecipava-se à posteridade. (p. 286)

Mas, se Rio Branco é o autor-símbolo da "diplomacia como vocação" e do "Itamaraty", ele é apropriado, acima de tudo, pelos diplomatas, como o autor-símbolo da nação. Assim, a trajetória dos Rio Branco é narrada como uma trajetória que vai dos serviços do indivíduo à nação, o primeiro servindo como agente da própria definição de seu território até o aniquilamento da individuali-

dade que efetua uma completa identificação com a segunda. Vejamos três trechos do livro de Viana Filho que efetuam esse percurso:

> O primeiro Rio Branco nunca pensou em si; o segundo nunca recusou encargo em que trabalho e glória se equilibram, nunca hesitou diante de tarefas de responsabilidade igual à que vai assumir ajudado pela confiança da Nação. (p. 306)

> No Brasil, Rui Barbosa, que dirigia *A Imprensa*, interpretou o sentimento público: "Hoje (...) literalmente do Amazonas ao Prata há um nome que parece irradiar por todo o círculo do horizonte num infinito de cintilações: o do filho do emancipador dos escravos, duplicando a glória paterna com a de reintegrador do território nacional." Falava por toda a Nação. (p. 275)

> No Itamaraty, onde a aflição geral deixava as portas abertas [quando da morte do Barão], um popular, entre soluços, indagou a um dos jornalistas: "O Brasil já morreu?" (p. 423)

No ano do sesquicentenário do nascimento de Rio Branco, o *Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros* apresentava em sua primeira página, onde em geral há um editorial, uma carta de felicitações endereçada ao próprio barão, que terminava com as seguintes palavras:

> Por último, igualmente reveladora da permanência de V. Ex. é a nossa nostalgia coletiva por um *"país que dá certo"*. Infelizmente ainda são poucos os *símbolos vivos da Nação respeitada, otimista e exitosa*. Como brasileiros e diplomatas, *temos saudades daqueles bons tempos sob o seu comando quando nos foi permitido participar da invenção de tal Brasil.*
>
> Querido Barão, sorria! Não deixe que os atuais momentos difíceis de sua Casa pesem sobre sua mente ou curvem os seus ombros. O fato de termos Idade de Ouro no passado não é prova de que os bons tempos jamais retornarão. Em verdade, é sinal do que seremos capazes de realizar. Feliz 150, Barão!
>
> Com os carinhosos votos de que continue a nos inspirar ainda por muitos e muitos anos, temos a honra de reiterar os protestos da nossa dedicação e os da elevada estima e respeito com que somos
>
> De V. Ex.
>
> Admiradores e Seguidores[15]

Essa carta ilustra como Rio Branco pode ser apropriado hoje não só como um personagem ilustre, mas como um homem-símbolo que personifica a auto-estima coletiva dos diplomatas brasileiros como autores/representantes de um Estado nacional.[16] As metamorfoses vividas pelo personagem, que são apresentadas em um eixo diacrônico na trajetória construída pelas biografias, no entanto, podem nos dar pistas bastante interessantes para pensarmos as possibilidades de construção social da pessoa, principalmente em se tratando do caso brasileiro.

Gilberto Velho é quem aponta para a importância da metamorfose no âmbito das grandes metrópoles do mundo ocidental moderno. Não foi essa diferenciação de mundos que permitiu a Rio Branco ser ao mesmo tempo cônsul brasileiro em Liverpool, pai de família na casa de Marie Stevens, *"vieux garçon"* nas noites parisienses, advogado do Brasil em arbitragens internacionais, súdito de dom Pedro II e funcionário do governo republicano? A metamorfose não é apenas possível nas grandes metrópoles, mas é um aspecto da construção social da realidade.

> A metamorfose de que falo possibilita, através do acionamento de códigos, associados a contextos e domínios específicos – portanto, a universos simbólicos diferenciados –, que os indivíduos estejam sendo permanentemente reconstruídos. Assim, eles não se esgotam numa dimensão biológico-psicologizante, mas se transformam não por volição, mas porque fazem parte, eles próprios, do processo de construção social da realidade. (Velho, 1994: 29-30)

Assim, as biografias de Rio Branco, enfatizando as *metamorfoses* do personagem, acabam retratando não só as complexidades da vida de um indivíduo único, mas unindo oposições para compor o mito fundador da diplomacia brasileira. Assim fazendo, elas passam a construir uma realidade social, assim como, de certa forma, Rio Branco o fez e continua fazendo, através dos diplomatas que se apropriam de sua imagem para pensar a si mesmos e suas próprias metamorfoses enquanto indivíduos que pertencem a vários mundos e circulam pelo "mundo" com a justificativa de estar representando um Estado nacional que precisa ser representado como uma unidade frente às outras unidades políticas da arena internacional.

E aqui acredito que as considerações de Gilberto Velho, ao tratar do transe e possessão na sociedade brasileira, podem ser interessantes para pensar o caso do *personagem Rio Branco*. Ainda que o "transe" não faça parte da prática corrente dos diplomatas, as biografias, como narrativas míticas que compõem esse personagem, também o transformam em algo análogo a uma "entidade" passível de ser "incorporada" pelos diplomatas atuais, assim como o visconde foi incorporado pelo barão na composição do *personagem Rio Branco*.

> Os limites entre o indivíduo, ser psicológico, e a pessoa, expressão de paradigmas culturais, são, muitas vezes, fluidos e movediços. Temos personagens que podem estar representando valores abstratos como a sabedoria, a coragem, a malandragem, a concupiscência. Mas, em outro momento, em passagens de tempo quase imperceptíveis, temos indivíduos específicos, concretos e biografáveis. As entidades, nas religiões de transe, mediunidade, possessão, possivelmente funcionam como mediadores nesse processo de individualização/desindividualização. (Velho, 1994: 61)

Não será também Rio Branco um "mediador nesse processo de individualização/desindividualização" no qual os diplomatas brasileiros estão constantemente envolvidos? E aqui, deixando a hipótese a ser investigada, termino com um trecho do livro de Álvaro Lins:

> Sim, agora morto, é que ele começava realmente a viver. Pois Rio Branco continua a ser a principal figura do Itamaraty, que se tornou de modo ao mesmo tempo simbólico e real a "Casa de Rio Branco". E isso aconteceu porque, morrendo no momento certo, ele deixou de ser um homem para se tornar uma imagem. Como imagem, ele é sempre um ideal inalterado e renovado, uma força imaterial da qual procuramos aproximar-nos incessantemente. Como homem, se ele continuasse a viver, teria ficado isolado, à margem dos acontecimentos, no limiar daquela nova época que lhe era estranha. (p. 443)

Notas

1. O conceito de metamorfose é utilizado a partir dos trabalhos de Gilberto Velho, principalmente Velho (1994). "A diversidade de contextos, a amplitude de uma série de questões como a da metrópole, a multiplicidade e descontinuidade entre domínios e províncias de significado, levaram à formulação da noção de metamorfose, que procura dar conta da singularidade dessas experiências. O repertório simbólico e o campo de relações sociais, simultaneamente, possibilitam e estimulam mudanças drásticas no desempenho dos referidos papéis. Ou seja, as mudanças de contexto e de domínio produzem situações em que o indivíduo altera de modo bastante significativo não só suas atividades no mundo prático, como sua própria auto-representação." (Velho e Kushnir, 1996: 97)

2. O dobrado é mencionado na biografia de Viana Filho quando este narra a

chegada do barão do Rio Branco ao Rio de Janeiro em 1902. "Uma banda de música militar, em uma outra embarcação que se aproximara, executou o dobrado do seu nome, que se tornaria famoso." (Viana Filho, 1959: 311)

3. A respeito do *ethos* próprio aos diplomatas brasileiros e das metáforas de parentesco "dinástico" utilizadas pelos membros da "Casa de Rio Branco", ver minha dissertação de mestrado: Moura (1999).

4. Ver Hobsbawm (1984). Alguns trabalhos que tratam de processos análogos de invenção de tradições através da construção de grandes figuras nacionais são os de Celso Castro (1994 e 1996), a respeito do Exército e seu patrono, o Duque de Caxias, o de Antônio Carlos de Souza Lima (1990) a respeito da "autobiografia" de Rondon, e o de Regina Abreu (1996) a respeito do acervo Calmon do Museu Histórico Nacional.

5. Então, respectivamente, ministro das Relações Exteriores e secretário-geral das Relações Exteriores.

6. Para uma análise da seqüência ritual do Dia do Diplomata, ver o primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado: Moura (1999).

7. "Ele construíra em grande parte — *deus terminus* das fronteiras, chamou-o Rui Barbosa — o mapa do Brasil, definindo limites no norte, no sul e no oeste" (Lins, 1996: 423).

8. A consideração desses três aspectos se deve às discussões que emergiram no curso "Construção Social da Pessoa", ministrado pelo professor Luiz Fernando Dias Duarte no PPGAS do Museu Nacional no primeiro semestre de 1999.

9. Talvez o título de barão seja o rótulo mais "individual" através do qual podemos pensar este personagem, já que tanto José Maria da Silva Paranhos quanto Rio Branco denominam tanto o pai quanto o filho.

10. "Mas ainda em Montevidéu (1870) quando Sua Majestade, em recompensa aos bons serviços do diplomata, o agraciou com o título de Visconde do Rio Branco, nome de um pequeno rio, nos extremos meridionais de Mato Grosso, por onde o Paraguai desejara que corressem os limites que Paranhos fizera fixar no rio Apa. (...) Agora, o Visconde do Rio Branco tomava o lugar de José Maria da Silva Paranhos, e entre aquela nobreza, que na sua maioria não tinha o esmalte da tradição, surgia esse grande do Império: Rio Branco. E, daqui por diante será este o nome que a história guardará." (Viana Filho, 1996: 43)

11. As trajetórias dos filhos de Rio Branco estão fora do âmbito deste artigo. Não obstante, pude obter algumas informações a partir das biografias: 1) Raul (Rio, 1873). Secretário de Rio Branco na Suíça e em Berlim. Trabalha com Nabuco em Londres a partir de 1901. Chega a secretariar o pai no Itamaraty e vai para Berlim quando Hortênsia se casa em 1909. Noivado com Cecília Leitão da Cunha por pressão do pai, mas não chega a se casar. 2) Marie Clotilde (Rio, 1875). Casamento em novembro de 1898 com o francês Henri Herbert, amigo de Raul, "rapaz modesto, filho de um tabelião em St. Valery, no interior da França, iniciado em pequenas atividades comerciais" (Viana Filho, 1996: 238). Ambos sustentados pelo barão. Uma filha (1902). 3) Paulo (Paris, 1876). Forma-se em medicina em Paris e permanece na Europa. 4) Amélie (Paris, 1878). Faz as "honras da casa" em Berna e Berlim. Muito bela. Casamento em Berlim (1901) com o barão Gustav Karl Marian von Werther, nobre empobrecido da Prússia. Dois filhos: Maria Margarida (1902) e José Maria (1904?). 5) Hortênsia (Paris, 1885). Desde 1901 tem a baronesa de Berg como preceptora. "Filhinha

querida" que o ajuda a receber em Petrópolis. Dois pedidos de casamento negados pelo pai: de Bierrenbach, jovem diplomata brasileiro, e do diplomata peruano Buenaventura Seoane. Casa-se em 1909 em Berlim com Léon Hamoir, amigo de Paulo, filho de ricos industriais belgas.

12. Ver Pollak (1996), Mitzman (1970) e Goldman (1998).

13. "Não haviam subido até o Paço de São Cristóvão notícias sobre o boêmio, cujas aventuras acabavam numa ligação irregular, talvez imperdoável para Sua Majestade?" (Viana Filho, 1996: 71).

14. As duas colunas do quadro não apresentam categorias que devem, necessariamente, ser agrupadas em um mesmo conjunto, e muitas vezes uma oposição pode estar incluída em uma só categoria presente em outra linha do quadro. Não obstante, procurei apresentar, *grosso modo*, os atributos que aparecem com uma valorização "negativa" do lado esquerdo e aqueles que aparecem como "positivos", nas biografias, do lado direito. As avaliações "negativa" e "positiva", cabe ressaltar, não aparecem como avaliações absolutas e excludentes, e sim quando os autores se referem a situações específicas. Acredito, também, que essas categorias permeiam as representações atuais acerca da carreira de diplomata e que essas valorizações estão presentes no que chamei em minha dissertação de um *ethos* diplomático (Moura, 1999).

15. "Estimado Barão", *Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros*, ano 3, n. 21, mar. 1995.

16. A esse respeito, ver trabalho por mim apresentado na ABA (Moura, 1998).

Referências bibliográficas

ABREU, Regina. 1996. *A fabricação do imortal.* Rio de Janeiro, Lapa/Rocco.

BARTESON, Gregory. 1936. *Naven. A survey of the problems suggested by a composite picture of the culture of a New Guinea tribe drawn from three points of view.* California, Stanford University Press.

BOURDIEU, Pierre. 1996. "A ilusão biográfica", in FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas.

CASTRO, Celso. 1994. "Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 14.

———. 1996. "O 'culto das tradições' no Exército Brasileiro". Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu (MG), 22-26 out.1996.

ELIAS, Norbert. 1990. [1939] *O processo civilizador (vol 1).* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

———. 1993. [1939] *O processo civilizador (vol. 2).* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

———. 1994. [1987] *A sociedade dos indivíduos.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

FREUD, Sigmund. [1910]. "Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância", in *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago.

GOLDMAN, H. 1988. *Max Weber and Thomas Mann – Calling and the shaping of the self.* Berkeley, University of California Press.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). 1984. *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1958. *Anthropologie structurale.* Paris, Plon.

LINS, Álvaro. 1996. [1945] *Rio Branco (Biografia).* Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão/ Editora Alfa-Omega.

MITZMAN, A. 1970. *The iron cage: a historical interpretation of Max Weber.* New York, Knopf.

MOURA, Cristina Patriota de. 1998. "A nação pela diplomacia". Trabalho apresentado na XXI Reunião Brasileira de Antropologia, Vitória (ES), no GT Antropologia dos Estados Nacionais.

———. 1999. "Jovens colegas: um estudo de carreira e socialização no Instituto Rio Branco". Rio de Janeiro, Museu Nacional/PPGAS, dissertação de mestrado.

POLLAK, M. 1996. "Max Weber: elementos para uma biografia socio-intelectual", *Mana*, 2 (1) e 2 (2).

RICÚPERO, Rubens. 1995. "Um personagem da República", in *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica.* Fundação Alexande de Gusmão.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. 1990. *O santo soldado.* Rio de Janeiro, Museu Nacional/ PPGAS. Comunicação nº 21.

VELHO, Gilberto. 1994. *Projeto e metamorfose.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

——— e KUSHNIR, Karina. 1996. "Mediação e metamorfose", *Mana: estudos de antropologia social*, vol. 2, nº 1, abr., p. 97-107.

VIANA FILHO, Luís. 1996. [1959] *A vida do Barão do Rio Branco.* Senado Federal/ Fundação Alexandre de Gusmão.

(Recebido para publicação em dezembro de 1999)